



LEI Nº 036/2021

SÚMULA: Fixa valor para os débitos judiciais a serem pagos mediante Requisição de Pequeno Valor (RPV) pelo Município de Japurá, suas autarquias, e fundações constituídas sob regime de direito público, e dá outras providências

A CÂMARA MUNICIPAL DE JAPURÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVA E EU, ADRIANA CRISTINA POLIZER - PREFEITA DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE

LEI

Art. 1º. Os débitos ou obrigações do Município de Japurá, suas autarquias e fundações constituídas sob o regime de direito público, apurados em virtude de sentença judicial transitada em julgado, cujo montante, por beneficiário, após atualizado e especificado, seja igual ou inferior ao maior benefício pago pela Previdência Social, serão pagos mediante Requisição de Pequeno Valor (RPV).

Parágrafo único: O pagamento das obrigações de pequeno valor deverá observar a disponibilidade orçamentária referente ao exercício financeiro em se der a requisição judicial.

Art. 2º. Os pagamentos de valores superiores ao limite previsto no artigo anterior continuarão a ser requisitados por intermédio de precatórios, nos termos do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 3º. Os débitos de que trata o artigo 1º, serão pagos por meio de Requisição de Pequeno Valor - RPV, no setor próprio da Prefeitura Municipal, independente de precatório, e de obediência à ordem cronológica.

Art. 4º. O credor de importância superior ao montante previsto no artigo 1º desta Lei Municipal, poderá optar por receber seu crédito por meio de Requisição de Pequeno Valor - RPV, desde que renuncie expressamente, na forma da Lei, junto ao Juízo da Execução, ao valor excedente.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se a Lei n.º 20/2012.

Paço Municipal “Manoel Peres Filho”, município de Japurá, Estado do Paraná, aos 17 dias do mês de agosto de 2021.


Adriana Cristina Polizer
Prefeita Municipal

Publicação: Tribuna de Cianorte	
Edição: 8570	Pag.: 84
Data: 18/08/2021	